



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE PARCERIAS E CONCESSÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP  
70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

Ata de Reunião

**MINUTA DA ATA DA 1ª  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
2026**

**Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2026**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, **às 15 horas**, realizou-se o 1º encontro do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial – CIGTPM do ano de 2026.

**Participantes membros:**

- Viviane de Faria, membro titular e coordenadora do Comitê Interministerial e Diretora do Departamento de Investimentos, Crédito, Parcerias e Concessões no Turismo, do Ministério do Turismo (DEINV/SNINFRA/MTUR);
- Andrey Rosenthal Schlee, membro titular, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Bernardo Issa de Souza, membro suplente, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Elton Gomes de Medeiros, membro suplente, do Ministério da Cultura (MinC);
- Leonardo Rizzo de Melo e Souza, membro titular, do Ministério das Cidades (MCID); e
- Yure Sousa Lobo, membro suplente, da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

**Participantes convidados:**

- Armênio Bello Schmidt, Presidente do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça;
- Danilo Vilela Bandeira, Subchefe da Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais do Instituto Guimarães Rosa/Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Leonardo Persi e Rafaela Lehmann, da Embratur;
- Mário Augusto Ribas do Nascimento, Presidente da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM);
- Marta Feitosa, integrante da OCBPM; e
- Servidoras Sinara Leandra de Souza, Camila Alvarenga Gonçalves, Camila Moraes Tiussu e Mailin Kelbert Gornattes e colaboradores Adriana Alves Almeida, Gabriel Carvalho Valverde Lacerda, Talita Santos de Sousa e Keylla Carneiro dos Santos, do DEINV/SNINFRA/MTUR.

## **ABERTURA E BOAS-VINDAS**

A reunião teve início às 15:00 h. Após a verificação do quórum, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria declarou aberta a sessão e fez os cumprimentos iniciais.

Na sequência, informou que a apresentação sobre a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), inicialmente prevista para esta reunião, foi retirada da pauta em razão da impossibilidade de participação do Ministério da Cultura, ficando sua reapresentação prevista para uma próxima reunião do Comitê.

Dando continuidade à pauta, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria passou a palavra à Diretora do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos – substituta, Sr.<sup>a</sup> Carolina Araújo Barreto da Rocha, e ao Presidente do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Sr. Armênio Bello Schmidt, para procederem com a apresentação sobre o Fundo de Direitos Difusos, conforme previsto em pauta.

## **APRESENTAÇÃO SOBRE O FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS FDD - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

O Sr. Armênio Bello Schmidt Presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e Conselheiro do Ministério da Justiça, representando a Diretora Carolina Araújo Barreto da Rocha, apresentou o funcionamento do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD).

Explicou que o Fundo, assim como a maioria dos fundos públicos, é constituído principalmente por recursos oriundos de multas aplicadas em decorrência de danos coletivos. Destacou que o FDD recebe recursos de diversos órgãos, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outros. Informou que a arrecadação já ultrapassou R\$ 950 milhões e que, até o ano passado, o Fundo contava com aproximadamente R\$ 5,5 bilhões em orçamento, embora venha sofrendo contingenciamentos que têm dificultado sua execução.

Em seguida, apresentou as formas de acesso aos recursos do Fundo, que se dão por meio de editais públicos, geralmente voltados a temas específicos, ou por projetos avulsos, apresentados por órgãos públicos, especialmente federais, como ministérios, institutos e universidades.

Informou que, em 2023, foram lançados editais destinados aos 162 municípios contemplados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), voltados às organizações da sociedade civil, bem como edital público para o Núcleo de Apoio e Atendimento aos Superendividados (NASCE), no âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor.

Por fim, destacou que, em razão do contingenciamento de recursos, optou-se por não abrir novos editais no momento, considerando que os projetos contemplados no edital de 2023 foram pagos apenas ao final de 2025. Nesse contexto, o Fundo tem priorizado a execução de projetos avulsos, já mencionados anteriormente.

Na sequência, destacou que o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) está estruturado em cinco eixos temáticos de financiamento de projetos: promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente; proteção e defesa do consumidor; proteção e defesa da concorrência; patrimônio cultural; e outros direitos difusos e coletivos, sendo o eixo de patrimônio cultural o de maior interesse no contexto da presente reunião.

Em seguida, apresentou a estrutura de governança do Fundo, informando que sua gestão é realizada pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), composto por 11 conselheiros representantes de diferentes órgãos e entidades. Destacou que o colegiado se reúne, ordinariamente, na última quinta-feira de cada mês, com o objetivo de analisar e deliberar sobre os projetos encaminhados ao Fundo, seja por meio de editais públicos ou por projetos avulsos.

Na sequência, apresentou o Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Difusos (DPPDD), vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) do Ministério da Justiça, destacando sua estrutura e principais competências no apoio à gestão do Fundo.

Explicou que o Departamento é responsável por planejar, analisar e acompanhar os projetos financiados pelo FDD, emitir pareceres técnicos sobre as propostas, monitorar a execução e os resultados, avaliar a prestação de contas, propor diretrizes ao CFDD e assegurar a conformidade legal, técnica e financeira dos projetos. Informou, ainda, que o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) está inserido no âmbito do referido Departamento.

Em seguida, detalhou o fluxo de análise e aprovação dos projetos. Inicialmente, é realizada uma etapa de admissibilidade, na qual o proponente apresenta os objetivos e a proposta do projeto. Nessa fase, o proponente dispõe de um tempo estimado entre 5 e 10 minutos para apresentação ao Conselho.

Nos casos em que o projeto é considerado admissível, o proponente deve apresentar a proposta completa conforme as diretrizes do Manual de Elaboração de Projetos, disponível no sítio eletrônico do Ministério da Justiça. O projeto é então submetido à análise técnica no âmbito do Departamento, culminando na elaboração de nota técnica contendo a síntese e avaliação da proposta.

Por fim, o projeto é encaminhado ao CFDD para deliberação quanto à sua aprovação. Durante essa etapa, os proponentes participam da reunião do Conselho, permanecendo à disposição para esclarecimento de dúvidas.

Na sequência, detalhou as fontes de recursos do Fundo, conforme previsto na legislação (Lei nº 9.008/1995), mencionando que estes são oriundos, entre outros, de condenações judiciais, multas e indenizações, rendimentos de aplicações financeiras, bem como outras receitas e doações destinadas ao Fundo.

Informou que, no âmbito federal, o repasse de recursos ocorre, em regra, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) e por instrumentos internos do Ministério da Justiça, como o DIC. Já para entes públicos estaduais e municipais, os recursos são operacionalizados por meio de convênios, em sua maioria vinculados a editais de chamamento público, podendo também ocorrer por apresentação direta de propostas.

No caso das organizações da sociedade civil (OSCs), destacou que o financiamento se dá por meio de termos de fomento e termos de colaboração, igualmente, em geral, associados a editais de chamamento público.

No que se refere ao eixo de patrimônio cultural, informou que há projetos atualmente em execução e em fase de pagamento, oriundos tanto de editais realizados em gestões anteriores quanto de projetos avulsos já aprovados. Destacou, ainda, que existem projetos aprovados aguardando disponibilidade orçamentária, ao mesmo tempo em que novos projetos continuam sendo recebidos nas reuniões do Conselho, tanto para análise de admissibilidade quanto para deliberação.

Ressaltou que, para o exercício de 2026, o orçamento do Fundo já se encontra integralmente comprometido. Informou também que, em razão de se tratar de ano eleitoral, há restrições quanto à descentralização de recursos, com prazo até 4 de junho, sendo posteriormente retomada apenas após o período eleitoral.

Destacou que os projetos devem seguir o fluxo estabelecido, iniciando pela submissão e análise de admissibilidade, seguida de deliberação quanto à aprovação e, posteriormente, ingresso na fila para execução orçamentária.

Por fim, colocou a equipe do Departamento à disposição para esclarecimentos adicionais e detalhamento dos procedimentos, destacando que o Manual de Elaboração de Projetos encontra-se disponível no sítio eletrônico do Ministério da Justiça.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) agradeceu a apresentação, destacando a objetividade e a clareza das informações no tempo disponibilizado.

Em seguida, questionou o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP), acerca de qual seria o ente mais adequado para a submissão de propostas ao Fundo, no contexto das ações relacionadas aos sítios do Patrimônio Mundial. Considerando a atuação do Comitê Interministerial sobre a temática, buscou compreender se a apresentação de projetos seria mais apropriada por parte do Ministério do Turismo, dos entes locais, como municípios e prefeituras, ou ainda de entidades representativas, como a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), de modo a orientar a melhor estratégia para acesso aos recursos.

Em resposta, o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP), esclareceu que, em princípio, os projetos podem ser apresentados pelos próprios municípios. Contudo, destacou que, do ponto de vista estratégico, a submissão por órgãos federais, como os ministérios, tende a ser mais adequada, considerando o elevado número de municípios e a necessidade de organização das demandas.

Nesse sentido, sugeriu que o Ministério do Turismo atue como proponente dos projetos, podendo estabelecer parcerias para execução junto aos entes locais, como municípios e prefeituras. Acrescentou que, atualmente, já há diversos projetos aprovados apresentados por ministérios, indicando que essa é uma prática consolidada no âmbito do Fundo.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) apresentou questionamento complementar acerca da possibilidade de enquadramento de projetos turísticos no âmbito de iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda. Destacou que a atividade turística é reconhecidamente uma das principais geradoras de emprego e renda, indagando se projetos estruturados com esse viés poderiam ser considerados dentro dessa lógica, com vistas a ampliar suas chances de apreciação e apoio pelo Fundo.

Em resposta, o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP) afirmou que projetos turísticos podem, sim, ser enquadrados sob a perspectiva de geração de trabalho e renda, desde que essa dimensão esteja claramente evidenciada na proposta.

Para exemplificar, mencionou experiências recentes do Fundo, nas quais projetos inicialmente enquadrados no eixo ambiental, como iniciativas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos, foram reavaliados pelo Conselho com ênfase na geração de emprego e renda. Após nova apresentação pelos proponentes, destacando esse aspecto, os projetos foram aprovados com essa abordagem, possibilitando sua viabilização orçamentária.

Destacou que, no caso de projetos turísticos, é recomendável explicitar de forma objetiva os impactos na geração de empregos e renda, incluindo a estimativa de postos de trabalho diretos e indiretos, bem como os efeitos na dinamização econômica local. Ressaltou, ainda, que a geração de renda não se limita a vínculos formais de emprego, abrangendo também atividades econômicas indiretas e informais, que contribuem para a movimentação da economia nos territórios.

Por fim, reforçou a importância do diálogo prévio com a equipe técnica do Fundo para o adequado enquadramento das propostas, de modo a potencializar suas chances de aprovação.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria buscou esclarecer se os projetos apoiados pelo Fundo podem contemplar tanto despesas de investimento quanto de custeio.

Em resposta, o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP) confirmou que os projetos podem abranger ambas as naturezas, destacando que, de modo geral, a maior parte das iniciativas financiadas está voltada a investimentos. Esclareceu que, em alguns casos, também são admitidas despesas relacionadas à manutenção ou custeio não contínuo, especialmente quando vinculadas à viabilização do projeto.

Como exemplo, mencionou projetos recentes na área de reciclagem, que envolvem a aquisição de equipamentos e a realização de capacitações, com foco na estruturação de atividades produtivas e na geração de emprego e renda.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) agradeceu os esclarecimentos prestados, abriu a palavra para manifestação dos membros, registrou a presença do Sr. Andrey Rosenthal Schlee, membro titular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para sua manifestação.

O Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) agradeceu a apresentação e destacou a relevância do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), ressaltando sua importância para as instituições públicas, em especial para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Informou que o IPHAN possui, em sua estrutura, o Departamento de Articulação e Fomento, responsável por atuar diretamente na elaboração e submissão de projetos ao Fundo. Destacou que, mesmo diante das restrições orçamentárias, o IPHAN tem conseguido acessar recursos do FDD, citando como exemplo a aprovação, para o exercício de 2025, de projeto relacionado às Docas Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, bem integrante do Sítio do Patrimônio Mundial Cais do Valongo, a ser adaptado para centro de interpretação.

Ressaltou que o acesso aos recursos do Fundo exige a apresentação de projetos bem estruturados e alinhados aos seus objetivos, destacando que se trata de um fundo voltado a direitos difusos, o que favorece a temática do patrimônio cultural.

Por fim, destacou que o IPHAN dispõe de equipe técnica especializada na estruturação de projetos conforme as exigências do Fundo, colocando essa capacidade institucional à disposição para eventuais articulações no âmbito do Comitê.

Em complemento, o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP) destacou que o eixo de patrimônio cultural brasileiro é um dos mais contemplados no âmbito do Fundo, com histórico expressivo de projetos aprovados e financiados.

Informou que, nesse eixo, foram aprovados 10 projetos em 2023, 19 em 2024 e 24 em 2025, evidenciando a priorização recorrente da temática pelo Conselho, ainda que

condicionada à disponibilidade orçamentária.

O Sr. Bernardo Issa de Souza (MMA) agradeceu a apresentação e destacou a importância do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) como instrumento de apoio às agendas relacionadas ao patrimônio.

Ressaltou que, no âmbito do Comitê, além do patrimônio cultural, também se deve considerar o patrimônio natural, destacando que o Brasil possui relevantes sítios reconhecidos nessa categoria. Enfatizou que os projetos podem contemplar tanto a proteção do patrimônio cultural quanto do patrimônio natural, reforçando a necessidade de integração entre essas agendas.

O Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, Presidente da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), cumprimentou os participantes e agradeceu a apresentação realizada.

Destacou o papel da OCBPM na articulação entre as cidades brasileiras reconhecidas como Patrimônio Mundial, voltada à troca de experiências e ao enfrentamento de desafios comuns relacionados à gestão desses territórios.

Questionou se o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) contempla também projetos voltados ao patrimônio natural, além do patrimônio cultural.

Ressaltou, ainda, a importância de se considerar, no âmbito do Plano Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial em elaboração, a definição de ações e projetos que possam ser encaminhados ao Fundo, tendo em vista seu potencial como fonte relevante de financiamento. Destacou que, apesar do número reduzido de sítios, estes representam ativos estratégicos e simbólicos para o país, e solicitou a priorização desses sítios do Patrimônio Mundial na aprovação e liberação de recursos.

Por fim, agradeceu novamente pelos esclarecimentos e destacou as oportunidades identificadas para captação de recursos por meio do Fundo.

Em resposta, o Sr. Armênio Bello Schmidt (MJSP) esclareceu que, atualmente, os projetos contemplados pelo Fundo, no âmbito do patrimônio, estão enquadrados no eixo de patrimônio cultural brasileiro, conforme previsto no regimento e nos instrumentos normativos vigentes.

Destacou, contudo, que isso não impede que projetos relacionados ao patrimônio natural sejam apresentados e analisados pelo Conselho, o qual possui autonomia para deliberar sobre sua aprovação. Ressaltou que, a depender da natureza da proposta, os projetos podem, inclusive, dialogar com mais de um eixo temático, como patrimônio e meio ambiente.

Por fim, colocou a equipe do Departamento à disposição para dialogar sobre propostas e orientar quanto ao melhor enquadramento dos projetos a serem apresentados.

## **APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DE GESTÃO TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) passou ao segundo ponto da pauta, referente à apresentação do Plano de Trabalho de Gestão Turística do Patrimônio Mundial.

Informou que o referido plano foi elaborado a partir dos encaminhamentos pactuados no âmbito do Seminário e Oficina “Gestão Turística do Patrimônio Mundial”, bem como dos diálogos institucionais subsequentes.

Destacou que, previamente, foi encaminhada aos membros do Comitê uma planilha contendo projetos e ações, com o objetivo de subsidiar a coleta de contribuições, sugestões e ajustes. Após o prazo estabelecido, a planilha foi sistematizada tecnicamente, com ajustes de redação, consolidação de propostas e organização das ações por aderência temática, incluindo o preenchimento dos campos de viabilidade, prazo.

Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) concedeu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Camila Alvarenga Gonçalves para apresentação do Plano de Trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> Camila Alvarenga Gonçalves, Coordenadora de Aproveitamento de Ativos Culturais do Ministério do Turismo, iniciou a apresentação realizando breve contextualização sobre a minuta do Plano de Trabalho de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, destacando tratar-se de documento técnico extenso, elaborado para orientar a atuação do Comitê.

Apresentou o histórico de construção do Plano, destacando que sua elaboração decorre de recomendações do Tribunal de Contas da União, do Decreto que institui o Comitê Interministerial e dos insumos técnicos oriundos do Seminário e Oficina de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, realizados em novembro de 2025, bem como de contribuições complementares colhidas no 12º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial.

Destacou que a necessidade do Plano se justifica pela complexidade da gestão turística dos sítios, marcada pela diversidade de tipologias, multiplicidade de atores e sobreposição de competências institucionais, o que exige maior coordenação e alinhamento entre as políticas públicas.

No diagnóstico, ressaltou desafios como a fragmentação das políticas, a ausência de instrumentos específicos de planejamento turístico, a carência de dados e a necessidade de melhor ordenamento do uso turístico, especialmente diante do aumento da demanda no período pós-pandemia.

Informou que o Plano tem como objetivo geral fortalecer a coordenação interinstitucional e orientar a atuação do Comitê, por meio da definição de ações prioritárias voltadas à gestão turística sustentável dos sítios, incluindo diretrizes, fortalecimento da governança e criação de bases para monitoramento e avaliação.

Esclareceu que o Plano possui caráter orientador, não implicando execução direta de ações pelo Comitê nem transferência automática de recursos, mas servindo como instrumento de alinhamento, apoio à tomada de decisão e organização de prioridades.

Destacou que as ações estão estruturadas em 13 projetos estruturantes, abrangendo temas como governança, elaboração de planos de gestão turística, infraestrutura, promoção integrada, produção de dados, comunicação, educação patrimonial e ampliação de fontes de financiamento.

Informou que o Plano reúne, ao todo, 67 propostas de ações, sistematizadas em anexo técnico, com indicação de responsáveis institucionais e horizonte de implementação (curto, médio e longo prazo).

Por fim, destacou que os resultados esperados incluem o fortalecimento da

governança, a qualificação da atividade turística, o equilíbrio entre visitação e preservação do Valor Universal Excepcional, a ampliação da visibilidade do patrimônio e o fortalecimento do turismo como indutor de desenvolvimento, com monitoramento contínuo e possibilidade de atualização periódica do Plano pelo Comitê.

O Sr. Bernardo Issa de Souza (MMA) parabenizou a equipe pela elaboração do Plano, destacando a qualidade da sistematização e a abrangência do documento, o qual considerou alinhado às necessidades do Comitê.

Ressaltou a importância de que as ações previstas se traduzam em resultados concretos, evitando que o Plano se limite ao campo teórico, e destacou a necessidade de atenção contínua à sua implementação.

Apresentou, ainda, sugestão de aprimoramento, no sentido de explicitar, no âmbito das ações previstas, a inclusão dos sítios do patrimônio natural, especialmente no que se refere ao apoio à infraestrutura de uso público, como trilhas e equipamentos de visitação, respeitados os planos de manejo.

Destacou, também, a importância de considerar ações voltadas à conectividade entre áreas, incluindo a conectividade ecológica, sobretudo em sítios naturais seriados, compostos por múltiplos núcleos.

Por fim, solicitou orientação quanto ao encaminhamento formal de suas contribuições, colocando-se à disposição para colaborar com o aprimoramento do documento.

O Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) parabenizou a equipe pela elaboração do Plano, destacando a qualidade e a relevância do trabalho desenvolvido.

Manifestou concordância com as contribuições apresentadas pelo Sr. Bernardo Issa de Souza, especialmente no que se refere ao fortalecimento da abordagem do patrimônio natural no documento, sugerindo seu acolhimento como aprimoramento ao texto.

Apresentou, ainda, proposta de encaminhamento no sentido de que as contribuições sejam consolidadas e encaminhadas à coordenação para avaliação, destacando que tais ajustes não alteram o conteúdo do Plano, mas contribuem para seu aperfeiçoamento.

Informou que o IPHAN submeteu contribuições técnicas elaboradas por diferentes áreas da instituição, incluindo o Departamento de Patrimônio Material, a área de educação patrimonial e equipe responsável pela implementação dos comitês gestores dos sítios do Patrimônio Mundial.

Destacou que, até meados de 2026, está prevista a implementação dos comitês gestores para todos os sítios do Patrimônio Mundial cultural no Brasil, em atendimento às diretrizes da UNESCO.

No âmbito das sugestões específicas, propôs ajuste no **Projeto Estruturante 9**, com a substituição do termo “educar” por “sensibilizar”, no contexto dos centros de interpretação, de modo a alinhar a redação às abordagens contemporâneas da educação patrimonial.

Sugeriu, ainda, a inclusão dos comitês gestores dos sítios do Patrimônio Mundial como atores responsáveis em determinadas ações do Plano, considerando seu papel institucional na gestão desses bens

Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) orientou que as contribuições sejam

encaminhadas formalmente por e-mail, a fim de garantir seu devido registro e análise pela equipe técnica.

O Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) informou que procederá com o envio das sugestões por esse meio, destacando, ainda, duas diretrizes principais de suas contribuições: a inclusão dos comitês gestores dos sítios do Patrimônio Mundial como instâncias relevantes no Plano, em consonância com orientações da UNESCO, e a necessidade de que o IPHAN seja indicado como responsável nas ações relacionadas ao patrimônio arqueológico, considerando sua atribuição legal exclusiva sobre o tema.

Por fim, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria agradeceu as contribuições apresentadas passou a palavra ao Sr. Leonardo Rizzo de Melo e Souza.

O Sr. Leonardo Rizzo de Melo e Souza (MCid) parabenizou a equipe pela elaboração do Plano e apresentou sugestão de ajuste no item 3.1, propondo aprimoramento da redação para explicitar que se trata da articulação para implementação do marco regulatório do saneamento nos municípios, e não de sua antecipação normativa.

A Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) orientou que a sugestão fosse encaminhada por e-mail, preferencialmente com proposta de redação, esclarecendo que o objetivo do item é, de fato, promover a articulação para priorização da implementação nos municípios com sítios do Patrimônio Mundial.

Na sequência, o Sr. Leonardo Persi (Embratur) parabenizou o trabalho e apresentou contribuições relacionadas à promoção internacional. Sugeriu que o Plano considere e aproveite iniciativas e plataformas digitais já existentes, evitando sobreposição de esforços e otimizando recursos. Destacou, ainda, a importância de priorizar, em um primeiro momento, destinos já estruturados para promoção internacional, com vistas a uma atuação mais estratégica e gradual. Também manifestou interesse em atuação conjunta para captação de recursos.

Na sequência, o Sr. Leonardo Persi (Embratur) parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido e apresentou contribuições sob a perspectiva da promoção internacional.

No âmbito do **item 4**, referente à plataforma digital, sugeriu que o Plano considere e aproveite iniciativas já existentes nas instituições, como portais e conteúdos já desenvolvidos, de modo a evitar sobreposição de esforços e otimizar recursos.

Em relação aos **itens 5 e 8**, voltados à promoção, destacou a importância de adotar critérios para priorização de destinos, considerando aqueles que já apresentam condições estruturais para promoção internacional. Ressaltou que essa abordagem permite uma atuação mais estratégica, com definição de prioridades, implementação gradual e possibilidade de geração de aprendizados para posterior ampliação das ações.

Enfatizou, ainda, a necessidade de alinhamento com os destinos e com o trade turístico, bem como a importância de atuação conjunta entre as instituições, inclusive para o desenvolvimento de projetos e captação de recursos, em especial no âmbito das ações previstas no item 8.

Por fim, o Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento (OCBPM) parabenizou novamente a equipe e reforçou a relevância do Plano como instrumento estratégico para o fortalecimento do patrimônio e do turismo no país. Manifestou concordância com as sugestões apresentadas, especialmente quanto à priorização de destinos preparados para promoção internacional e à importância dos comitês gestores dos sítios do

Patrimônio Mundial.

Destacou, ainda, que a proposta relativa ao marco regulatório do saneamento refere-se à antecipação de sua implementação nos municípios com sítios do Patrimônio Mundial, no âmbito da legislação vigente, como estratégia para garantir melhores condições de infraestrutura. Por fim, reforçou a importância de ampliar a promoção internacional do Patrimônio Mundial brasileiro, inclusive com a perspectiva de maior visibilidade em eventos e feiras internacionais.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) agradeceu as contribuições do Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento e dos demais membros.

### **Apresentação das propostas de ações prioritárias para Gestão Turística do Patrimônio Mundial.**

A Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) informou que, a partir do Plano de Trabalho e da planilha de projetos e ações apresentados, a equipe técnica selecionou quatro propostas consideradas prioritárias, as quais seriam submetidas à apreciação e deliberação do Comitê.

Destacou que tais propostas estão alinhadas às ações já previstas no Plano, constituindo um recorte de prioridades para orientar os próximos encaminhamentos.

Em seguida, passou a palavra à servidora Mailin Kelbert Gornattes para apresentação da seleção proposta.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Mailin Kelbert Gornattes (MTur) apresentou as propostas prioritárias selecionadas pela equipe técnica, destacando que se tratam de iniciativas estratégicas, ainda em nível preliminar, cujo detalhamento, incluindo escopo completo, fontes de financiamento e arranjos de implementação, será desenvolvido em etapa posterior, a partir da deliberação do Comitê.

Esclareceu que as propostas foram estruturadas com base nas ações previstas no Plano de Trabalho, com o objetivo de apoiar sua implementação prática e fortalecer as capacidades institucionais dos gestores envolvidos na gestão turística dos sítios do Patrimônio Mundial.

A **Proposta 1** consiste no desenvolvimento integrado de manual técnico-metodológico e curso de capacitação, voltados à elaboração, implementação e monitoramento de Planos de Gestão Turística. Destacou que o manual deverá contemplar conteúdos específicos para sítios culturais e naturais, enquanto o curso, em formato EAD, terá como objetivo fortalecer as capacidades técnicas dos gestores e garantir maior continuidade institucional nos processos de planejamento e gestão.

A **Proposta 2** refere-se à elaboração de materiais técnicos de apoio, incluindo cartilhas e modelos de Termos de Referência, com vistas a orientar e facilitar o planejamento, a contratação e a implementação de ações relacionadas à gestão turística, abrangendo temas como comunicação, diagnóstico, pesquisa de visitantes, centros de interpretação e captação de recursos.

A **Proposta 3** trata da oferta de curso de capacitação específico para guias de turismo e condutores locais, com foco na atuação em sítios do Patrimônio Mundial, alinhado às diretrizes da UNESCO e voltado à qualificação da experiência do visitante e à valorização do patrimônio.

A **Proposta 4** refere-se à tradução de manuais internacionais, especialmente da IUCN e da UNESCO, com o objetivo de ampliar o acesso a metodologias e boas práticas relacionadas à gestão sustentável do turismo.

Por fim, destacou que as propostas permanecem abertas a contribuições e aperfeiçoamentos pelos membros do Comitê, inclusive quanto à sua adequação às demandas dos gestores locais.

Por fim, destacou que as propostas estão abertas a contribuições e aperfeiçoamentos pelos membros do Comitê, inclusive quanto à adequação às necessidades dos gestores locais.

Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) abriu a palavra para manifestações dos membros.

O Sr. Leonardo Persi (Embratur) parabenizou a equipe pelas propostas apresentadas e sugeriu que, seja considerada a inclusão da Embratur como parceira, em alinhamento às estratégias de promoção internacional.

No que se refere ao curso de capacitação, recomendou a ampliação do público-alvo para incluir também operadores de turismo, guias e condutores, destacando, ainda, a importância de evitar o uso do termo “certificação”, especialmente em cursos de curta duração, a fim de mitigar riscos de uso indevido dessa qualificação no mercado.

Em relação à Proposta 2, ressaltou a importância de que, embora os materiais permitam adaptações locais, seja estabelecido um alinhamento mínimo nacional, especialmente no que diz respeito à promoção internacional, de forma a garantir coerência na comunicação dos destinos.

No âmbito da Proposta 4, sugeriu a realização de atividades complementares, como oficinas práticas, com o objetivo de apoiar os gestores na aplicação dos conteúdos e na elaboração de planos de ação a partir dos materiais traduzidos.

Na sequência, o Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) apresentou contribuição referente à Proposta 4, sugerindo a inclusão de material adicional da UNESCO relacionado à Gestão de Riscos de Desastres para o Patrimônio Mundial, destacando a relevância do tema diante dos desafios atuais e a importância de sua incorporação como instrumento de apoio à gestão.

## **GESTÃO TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL - CONSIDERAÇÕES SOBRE PARATY E ILHA GRANDE**

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) deu prosseguimento à pauta, informando que foi previamente encaminhada aos membros documentação referente a alerta institucional sobre a gestão turística do Sítio do Patrimônio Mundial Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade.

Esclareceu que o item teve caráter informativo, com o objetivo de dar ciência ao colegiado e situar o tema no âmbito das atribuições do Comitê, especialmente no que se refere à governança turística, à proteção do Valor Universal Excepcional e à articulação interinstitucional. Destacou, ainda, que, em razão da complexidade do tema, eventual aprofundamento será objeto de deliberação futura do Comitê.

O Sr. Bernardo Issa de Souza (MMA) apresentou breve manifestação, destacando a importância de cautela quanto à eventual criação de instâncias adicionais de análise de demandas relacionadas aos sítios, de modo a evitar sobreposição de competências e excesso de burocratização. Ressaltou que tais questões já são, em grande parte, tratadas diretamente pelas instituições responsáveis e pela UNESCO, devendo o Comitê atuar prioritariamente em situações que impactem de forma relevante a gestão turística.

Na sequência, o Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) apresentou considerações complementares, sugerindo que o Comitê delimite sua atuação no tratamento de alertas e denúncias aos casos que apresentem relação direta com a gestão turística dos sítios do Patrimônio Mundial, de modo a evitar a sobreposição de instâncias e a sobrecarga de temas que já são tratados pelas instituições competentes e pela UNESCO.

Em seguida, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) abriu a palavra para que os membros apresentassem atualizações sobre ações de suas pastas relacionadas à gestão turística dos sítios do Patrimônio Mundial.

### **BREVE APRESENTAÇÃO DOS AVANÇOS DE CADA REPRESENTANTE MEMBRO DO COMITÊ EM RELAÇÃO À GESTÃO TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

O Sr. Bernardo Issa de Souza (MMA), apresentou atualizações sobre candidaturas brasileiras ao título de Patrimônio Mundial, destacando:

- a submissão, em janeiro de 2026, da candidatura do Parque Nacional Marinho de Abrolhos;
- o andamento da proposta de candidatura das Florestas tropicais secas da Caatinga, atualmente em fase de avaliação preliminar;
- a continuidade das articulações relativas à Chapada do Araripe; e
- o início de tratativas para construção de candidatura do Parque Indígena do Xingu, em articulação com diferentes órgãos federais.

Por fim, destacou o caráter estratégico dessas iniciativas para o reconhecimento internacional do patrimônio natural brasileiro e para o fortalecimento de sua proteção e gestão.

Na sequência, o Sr. Andrey Rosenthal Schlee (IPHAN) informou a realização do Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, a ocorrer na Universidade de Brasília, com a participação de representantes da União, estados e municípios, com o objetivo de fortalecer a articulação federativa na gestão do patrimônio cultural.

Apresentou atualizações sobre candidaturas brasileiras ao Patrimônio Mundial, destacando:

- a candidatura dos Teatros da Amazônia, em fase final de análise, com previsão de apreciação em julho de 2026;
- o avanço das articulações relativas ao sítio do Araripe (candidatura mista);
- o desenvolvimento da proposta de candidatura de Manguinhos/Fiocruz; e
- as tratativas iniciais para candidatura do Parque Indígena do Xingu, ressaltando seu potencial estratégico e a necessidade de construção participativa.

Por fim, ressaltou o esforço contínuo das instituições envolvidas na construção de

candidaturas e na ampliação da representatividade do patrimônio brasileiro na Lista do Patrimônio Mundial.

Na sequência, o Sr. Danilo Vilela Bandeira (MRE) agradeceu o convite e a oportunidade de participação na reunião.

Informou que participou, no final de dezembro, de reunião convocada pela UNESCO para discutir a construção de indicadores voltados à avaliação da efetividade das designações da Organização, com destaque para a Lista do Patrimônio Mundial.

Destacou que a iniciativa ainda se encontra em estágio inicial, sem definição clara de metodologia, mas ressaltou a importância do tema, especialmente no que se refere à mensuração de impactos decorrentes da inscrição de sítios na Lista.

Nesse contexto, consultou os membros quanto à existência de estudos sobre os impactos da titulação de Patrimônio Mundial em sítios brasileiros, especialmente sob a perspectiva do turismo, apontando esta como uma das dimensões mais relevantes e mensuráveis.

Mencionou, como exemplo, o sítio das Cavernas do Peruaçu, destacando o potencial de análise comparativa entre os períodos anterior e posterior ao reconhecimento.

Por fim, registrou que a UNESCO está avançando na construção de instrumentos para mensuração desses impactos, colocando o tema como relevante para acompanhamento pelos membros do Comitê.

Na sequência, o Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento (OCBPM) fez breves considerações em resposta à manifestação anterior, destacando a relevância de estudos sobre os impactos da titulação de Patrimônio Mundial e mencionando, de forma geral, o histórico de reconhecimento de sítios brasileiros.

Ressaltou que, no caso de São Miguel das Missões, o título foi determinante para a consolidação do município e da atividade turística na região, afirmando que, sem esse reconhecimento, o município possivelmente não teria alcançado o nível atual de desenvolvimento. Destacou, ainda, que o impacto positivo se estende ao entorno, abrangendo mais de 25 municípios da região das Missões

Durante o debate, foi citado exemplo de estudo realizado no município de Belo Horizonte sobre os impactos da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha, especialmente no que se refere à visibilidade e à promoção turística do destino.

Por fim, o Sr. Mário convidou os membros para participação em reunião de monitoramento de ações relacionadas a acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), a ser realizada na semana seguinte, bem como para evento comemorativo promovido pelo Tribunal.

Leonardo Persi (Embratur) apresentou atualizações sobre as ações de promoção internacional do turismo brasileiro, com destaque para iniciativas que envolvem sítios do Patrimônio Mundial.

Informou a realização da Galeria Visit Brasil, ação promocional já executada anteriormente na França (Paris) e que, no momento, ocorre em Portugal, em paralelo à feira BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. Destacou que a iniciativa conta com diversos parceiros e tem como foco a promoção do Brasil, incluindo conteúdos relacionados ao turismo de natureza e cultural, como a produção de vídeos institucionais (ex.: festas de Iemanjá em Salvador, projetos de conservação como o Bandeira Azul, entre

outros).

Mencionou, ainda, o lançamento de uma página internacional voltada à promoção de parques naturais brasileiros, no portal Visit Brasil, com dois roteiros já disponibilizados em novembro e previsão de lançamento de mais cinco roteiros em março, totalizando sete. Ressaltou que alguns desses roteiros incluem sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial.

Informou também a realização de três viagens de familiarização (famtours) até o final do semestre, com operadores internacionais:

- uma com representantes do Reino Unido, Alemanha e Holanda, com visitas ao Rio de Janeiro e Ibitipoca (Projeto Ibiti), incluindo sítios de patrimônio;
- outra com operadores da China, com roteiro envolvendo Rio de Janeiro, Lençóis e Amazonas, também com interface com sítios patrimoniais.

Destacou que as ações incluem, posteriormente, rodadas de negócios entre operadores internacionais e empresários brasileiros.

Por fim, informou a participação da Embratur, em julho, na feira internacional Global Birdfair, voltada ao turismo de observação de aves, com previsão de realização de painel no estande Brasil, incluindo destinos com potencial para o birdwatching e interface com sítios do Patrimônio Mundial.

## **INFORMES E DELIBERAÇÕES**

A Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria (MTur) solicitou a colaboração dos membros que ainda não assinaram a ata da 4<sup>a</sup> Reunião Ordinária de 2025, para que procedam com a assinatura.

Informou, ainda, as datas previstas para as próximas reuniões ordinárias do Comitê: 28 de maio, 27 de agosto e 26 de novembro de 2026.

Comunicou que a presente ata será elaborada e encaminhada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para assinatura dos membros no prazo de até 30 dias, destacando que, conforme o regimento interno, a ausência de manifestação será interpretada como anuência tácita.

Reforçou a importância da colaboração dos membros para o adequado funcionamento do Comitê e colocou a equipe técnica à disposição para eventuais esclarecimentos.

Na sequência, submeteu à apreciação dos membros a minuta do Plano de Trabalho de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, para fins de deliberação quanto à sua aprovação e posterior encaminhamento para assinatura.

Informou, por fim, que as contribuições apresentadas durante a reunião serão incorporadas ao documento antes de sua consolidação final.

Procedeu, então, à consulta nominal dos membros presentes, tendo sido registrada a aprovação do Plano de Trabalho pelos representantes do IPHAN, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Embratur, do Ministério da Cultura e do Ministério do Turismo, sendo, assim, aprovada a minuta por unanimidade.

Na sequência, a Sr.<sup>a</sup> Viviane de Faria submeteu à apreciação dos membros as

propostas prioritárias de ações apresentadas pela equipe técnica, para fins de definição das prioridades a serem adotadas pelo Comitê.

Informou, ainda, que as contribuições registradas durante a reunião já estavam sendo consideradas e serão incorporadas às propostas antes de sua consolidação final.

Procedeu, então, à consulta nominal dos membros presentes, tendo sido registrada a aprovação do Plano de Trabalho pelos representantes do IPHAN, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Embratur, do Ministério da Cultura, Ministério das Cidades e do Ministério do Turismo, sendo, assim, aprovada a minuta por unanimidade.

Durante o processo, foi solicitado ao Sr. Leonardo Rizzo de Melo e Souza (Mcid) que registrasse também seu voto referente à primeira deliberação, o que foi prontamente atendido.

Na sequência, a Sr.ª Viviane de Faria (MTur) agradeceu as contribuições apresentadas pelos membros, destacando que o Comitê se encontra em processo de amadurecimento institucional e que as orientações recebidas, especialmente quanto ao tratamento de manifestações e denúncias, contribuem para o aprimoramento de sua atuação.

Registrou o entendimento de que o Comitê deverá tratar prioritariamente de temas diretamente relacionados à gestão turística, cabendo aos órgãos competentes o encaminhamento das demais questões, conforme suas atribuições.

Solicitou, ainda, que os membros encaminhem ao e-mail do Comitê informações sobre eventos, ações e iniciativas relevantes, indicando se o conteúdo se destina à divulgação ou apenas ao conhecimento, a fim de viabilizar o compartilhamento entre os integrantes.

## **ENCERRAMENTO**

Não havendo manifestações adicionais, a Sr.ª Viviane de Faria (MTur) agradeceu a presença de todos e, na condição de Coordenadora do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, declarou encerrada a 1ª Reunião Ordinária de 2026, às 17h05.

### **VIVIANE DE FARIA**

Diretora do Departamento de Investimentos, Crédito, Parcerias e Concessões  
Coordenadora do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial  
[Em conformidade com D.O.U Seção 1 Pág 127 Resolução nº. 1, de 21 de julho de 2025](#)

Yure Sousa Lobo

Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Suplente

Leonardo Rizzo de Melo e Souza  
Ministério das Cidades - Titular

Andrey Rosenthal Schlee

Elton Gomes de Medeiros  
Ministério da Cultura - Suplente

Bernardo Issa de Souza  
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Suplente



Documento assinado eletronicamente por **Viviane de Faria, Diretor(a)**, em 09/04/2026, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Issa de Souza, Usuário Externo**, em 24/04/2026, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Rizzo de Melo e Souza, Usuário Externo**, em 27/04/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2806745** e o código CRC **E66895F0**.